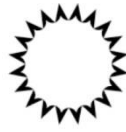


FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Relatório Final de Iniciação Científica - CNPq

Remoções provenientes de projetos de urbanização de favelas no município de
São Paulo (2005-2010): o caso do Jaguaré

Aluna | Gabriela Giraldez Barros

Orientadora | Prof. Dr^a Maria de Lourdes Zuquim

Relatório referente ao período de bolsa | Fevereiro 2013 a Julho 2014

São Paulo, SP - Brasil

Julho de 2014

Sumário

1. Introdução.....	3
1.1 Objetivo.....	4
1.2 Objeto.....	5
1.3 Metodologia.....	5
2. Breve histórico da precariedade urbana e habitacional no Brasil.....	7
3. Contexto São Paulo.....	11
4. Intervenções urbanística e em assentamentos precários em São Paulo.....	14
5. Estudo de Caso Jaguaré.....	18
5.1 Obras de urbanização na favela Nova Jaguaré Intervenções em 2005.....	21
5.2 Remoções.....	23
6. Percorso metodológico.....	25
6.1 Roteiro de entrevista.....	30
7. Resultados obtidos.....	31
8. Considerações finais.....	39
9. Referências Bibliográficas.....	41

1. Introdução

As periferias urbanas, principalmente a partir dos anos de 1980, cresceram em um ritmo mais acelerado que os núcleos centrais das metrópoles, e não seria diferente em São Paulo. Elas se apresentam nas cidades como a clara segregação espacial onde a pobreza é disseminada em diferentes formas e graus configurando zonas marginalizadas da sociedade onde a exclusão social é regra e não exceção.

As moradias em assentamentos precários de São Paulo remetem ao final do século XIX, início do XX resultado da dificuldade de acesso à terra e de inúmeras ações públicas mal formuladas e na maioria das vezes incompletas ao longo dos anos que acabaram por permitir o crescimento da cidade sem nenhum respaldo às pessoas de baixa renda, as quais eram diariamente expulsas para as periferias.

Este panorama se viu agravado com o movimento migratório campo-cidade o qual foi incentivado com as mudanças políticas que correram no início do século XX com a regulamentação do trabalho urbano, incentivo à industrialização, construção de infraestrutura entre outros fatores.

Já no final deste mesmo século, as cidades brasileiras já não se mostravam tão atrativas como antes, sendo associadas sempre à violência causada pelas enormes desigualdades, poluição, enchentes e outros problemas.

As oportunidades oferecidas em São Paulo nas primeiras décadas do século XX para, inicialmente, os imigrantes e mais tarde para os migrantes (em sua maioria vindos da região nordeste) se encontram quase que extintas atualmente.

É necessário ter a clareza que as favelas não são mais locais transitórios para os migrantes que chegam na cidade à procura de melhorias (fluxo que atualmente é muito baixo pois hoje os migrantes não só não vêm como estão voltando para suas cidades de origem), e sim um reflexo da precariedade das grandes cidades em oferecer habitações dignas aos seus moradores e da ineficiência do poder público em garantir que essas habitações cheguem de fato ao poder das camadas mais pobres.

Diante deste problema social que está enraizado em todas as instâncias da nossa cidade e a importância da problemática envolvida na questão da habitação, interessei-me em especial pelo assunto, que ao meu ver, é um dos mais críticos e preocupantes, o da habitação precária nas favelas. A partir deste interesse iniciou-se uma tentativa de

compreender o que foi feito até hoje e o que ainda está sendo feito para mudar, que seja minimamente, a realidade em locais de alta vulnerabilidade social.

Em estudos anteriores já se havia constatado que as ações públicas muitas vezes são ineficazes na solução dos problemas, já que a causa da pobreza existente nas grandes cidades é estrutural e não pontual, e a reprodução do capital pela indústria e pelo urbano infelizmente tem as desigualdades como motor propulsor. No entanto as intervenções públicas podem sim atenuar grande parte dessas questões se fossem contínuas e com a intenção de melhorar a qualidade de vida da população.

As favelas onde ocorreram intervenção por parte do poder público são um objeto importante para a compreensão dos deslocamentos nessas áreas. O estudo do componente remoções e reassentamentos de famílias, do programa de urbanização de favela, é de suma importância e no entanto não é, em sua maioria, incorporado às políticas públicas. Esta ausência de administração dos deslocamentos, quando ocorre uma obra urbana, permite que haja brechas na execução dos projetos, o que constantemente estimula situações em que números de provisões e remoções não sejam equivalentes, o que agrava ainda mais a situação de pessoas que já vivem em condições precárias.

Os moradores que não são contemplados com novas moradias têm algumas opções e nenhuma delas muito animadora, ou são realocados para outros assentamentos ilegais, ou recebem uma quantia irrisória como indenização, a qual não permite que compre nenhum imóvel na cidade formal, o que, no fim, acaba estimulando que essa família volte a morar em qualquer outra favela. Ou seja, parte das ações tomadas pelo próprio poder público ainda estimula o surgimento de novas ocupações, e não a inserção daquelas pessoas na cidade formal.

1.1 Objetivo

O objetivo principal desta pesquisa é compreender de que forma as remoções das famílias na favela Nova Jaguaré, como consequência das obras de urbanização, afetaram os moradores da comunidade, como que ocorreram, como funcionou essa dinâmica de deslocamento, e quais as consequências dela.

Os objetivos secundários focaram-se no estudo das intervenções que ocorreram em cada gestão pública procurando apreender a lógica que rege a tentativa de solucionar problemas habitacionais nas favelas pelos órgãos administradores.

Deste modo tentou-se descobrir qual o destino das famílias que foram removidas por ações públicas no Jaguaré, e que não estão mais lá segundo números oficiais (que não informam diretamente isso, mas que não fecham se confrontados remoções versus provisões).

1.2 Objeto

O objeto de estudo para este trabalho foi a Favela Nova Jaguaré, uma das mais antigas e densas de São Paulo, palco de algumas intervenções públicas, sendo uma delas um projeto de urbanização para a comunidade. Além disso, este trabalho pode ser considerado uma complementação de duas outras Iniciações Científicas realizadas sobre o mesmo objeto, primeiramente a da Márcia Trento e posteriormente a da Bruna Saito, que buscaram compreender por meios oficiais o processo de urbanização ocorrido no Jaguaré. Esta pesquisa entraria como uma última tentativa, por outro método de pesquisa, de compreender e encontrar novos resultados acerca dos problemas habitacionais, complementando assim esses dois estudos.

1.3 Metodologia

A metodologia usada para a produção da primeira etapa do trabalho, o relatório parcial, foi o levantamento bibliográfico da área como forma de aproximação ao tema proposto. As fontes bibliográficas usadas foram por meios oficiais, teses, livros, dissertações, iniciações científicas entre outros.

Após esta aproximação do objeto de estudo, para melhor entendimento do contexto de formação da favela, de que forma ela se insere nas políticas públicas de São Paulo, quais intervenções já foram realizadas no local, os projetos de habitação social implantados e por fim quais políticas foram adotadas para as famílias removidas durante as obras de urbanização, ficou claro que era necessário, de alguma forma, compreender melhor como funcionaram as remoções ocorridas por consequência da ação pública que ocorreu nas obras de urbanização da Vila Nova Jaguaré.

Já havia sido feito outros estudos sobre à área, e um em específico, a Iniciação Científica da Bruna Saito, já abordadora sobre as remoções de moradores durante a urbanização e tinha se deparado com uma questão que eu me propus a tentar contornar, que seria a incompatibilidade de dados oficiais e muitas vezes ausência, ou indisponibilidade de informações públicas que elucidassem melhor esta questão das remoções.

Em consequência disso, entendi que era necessário procurar estas informações por outro viés metodológico e com isso escolhi a história oral para ver se, o olhar por parte dos moradores esclareceria um pouco mais o processo que ocorria na favela. Esta metodologia me deu uma base qualitativa, conseguida através de sete entrevistas de aproximadamente 1h e 30 min cada uma, a qual confrontada com os estudos quantitativos anteriores apresentou resultados interessantes acerca do assunto estudado.

2. Breve histórico da precariedade urbana e habitacional do Brasil

O surgimento do urbano no Brasil não superou inúmeras características dos períodos colonial e imperial. A lei nas cidades continuou a ser aplicada de forma arbitrária para a manutenção do poder daqueles que já o possuíam, perpetuando-se a concentração de terra, renda e poder.

Em 1850, a Lei de Terras garante legalmente o privilégio das classes dominantes sobre a propriedade da terra pois a posse baseada na ocupação ou na cessão pública não é mais permitida. Uma massa trabalhadora pobre, em especial os negros libertos e desempregados, sem acesso à terra ficavam disponíveis como força trabalho barata e pouco qualificada tanto para as fazendas de café como pra a indústria incipiente.

No fim do século XIX, começo do século XX inicia-se um processo de urbanização integrado à expansão do café. Já em 1870-1890 ocorre um crescimento considerável de algumas cidades e surgem demandas por moradia, transporte e demais serviços urbanos até então inéditos. O Código de Posturas (São Paulo – 1886 e Rio de Janeiro – 1889) que proibia a construção de cortiços nas áreas centrais, acelerou a proliferação de moradias populares nos subúrbios, tendo claro papel de subordinar a cidade ao capital imobiliário.

Neste mesmo período já observa-se nas cidades concentração de pobreza, ausência de saneamento básico, desemprego, fome, altos índices de criminalidade, epidemias, insalubridade, segregação territorial e ambiental, entre outros. Ou seja, a sociedade brasileira se constitui, segundo Ermínia Maricato, sobre a marca da "modernização com desenvolvimento do atraso" ou "modernização excludente".

No início do século XX o capitalismo industrial já estava estabelecido no Brasil, tendo um operariado urbano considerável, porém com resquícios da situação colonial. Esta "modernização excludente" constitui, através da segregação territorial, a base dos investimentos públicos, os quais ocorrem apenas na cidade oficial, ocorrendo diferenciação acentuada na ocupação do solo e na produção de equipamentos urbanos.

A regularização do trabalho urbano, ocorrida em 1930 na política de Getúlio Vargas, com a instituição da previdência, promulgação da CLT, fixação do salário mínimo, somada ao incentivo à industrialização e a construção da infraestrutura industrial, entre outras medidas, aceleraram o movimento migratório campo-cidade.

Em 1942 com a Lei do Inquilinato (congelamento de aluguéis), o capital investido na habitação para aluguel deixa de ser rentável e passa a ser empregado na indústria ou em loteamentos periféricos. Com isso, as poucas opções que o trabalhador (muitas vezes imigrante) encontrava nas grandes cidades para a provisão de moradia era o loteamento irregular na prefeitura e ocupação ilegal de terras somada a autoconstrução da moradia. Trata-se segundo Ermínia Maricato do "produtivo excluído" resultado da industrialização com baixos salários, na qual trabalhadores se vêm excluídos do mercado imobiliário privado e buscam, frequentemente, a favela como local provedor de moradia.

Na década de 50 com a produção de bens duráveis, o crescimento da classe média, e o automóvel, o Brasil cresce economicamente porém as desigualdades se aprofundam, reflexo do modelo desenvolvimentista.

A relação entre exclusão, legislação e mercado restrito mostra-se cada vez mais evidente nas regiões metropolitanas, e é nas áreas de menor valor imobiliário ou rejeitadas por este mercado, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encosta de morros, terrenos sujeitos a enchentes, áreas de proteção ambiental entre outros. Em relação às áreas protegidas ambientalmente como mananciais, a lei de Proteção aos Mananciais promulgada em 1975, fez com que estas terras perdessem o valor para o mercado imobiliário legal, com isso, passou a ser cada vez mais áreas ocupadas por loteamentos ilegais e favelas.

Nos anos 80, com a recessão após os dois choques mundiais do petróleo (1973 e 1979), as desigualdades se aprofundam, cresce vertiginosamente o desemprego no país, o arrocho salarial é crescente, acesso à terra torna-se cada vez mais restrito e a ilegalidade e a violência crescem nos bairros pobres. Os altos custos habitacionais exigem maiores salários para os trabalhadores, o que ia de encontro aos interesses da burguesia industrial.

"A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimento excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados." (VAINER, 2013, p.39).

A moradia popular começa a ser tratada como questão social nos anos 40 e o Estado começa a prover habitações sociais. Já na década de 60, o Estado apresenta alguns programas de habitação social subsidiados como Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Banco Nacional da Habitação (BNH). As políticas públicas criadas pelo BNH tiveram dois momentos distintos de ação, o primeiro de 1964 a 1973, caracterizado por remoções indiscriminadas em favelas para conjuntos habitacionais construídos em regiões periféricas da cidade sem nenhum vínculo com o local de origem e carentes de infraestrutura e serviços urbanos; e o segundo de 1975 a 1986, no qual as políticas adotadas foram, através de programas de urbanização em favelas, simultâneas à produção de moradias populares.

Nos anos 90, os movimentos de defesa do meio ambiente no Brasil influenciam a política pública de forma a interferir diretamente nas normas de uso e ocupação do solo, delimitando cada vez mais o desenho da cidade e acentuando também os conflitos de regulação urbana e ambiental. Essa questão somada às novas políticas neoliberais fazem o poder público se ausentar cada vez mais da função de regulador das questões urbanas.

Em 1994 é criado o Programa Habitar-Brasil, e a partir da metade dos anos 90 a urbanização de favelas toma novas proporções. As discussões passam a abranger questões relacionadas ao direito à moradia digna, o reconhecimento da cidade ilegal, a necessidade de instalação de infraestrutura através da urbanização e a regularização fundiária a fim de manter as famílias nas áreas originalmente invadidas. Este programa representava uma conquista no que diz respeito à forma que a política pública lidava com a cidade informal, consistindo em um importante avanço no que diz respeito à intervenção em assentamentos precários.

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003 e da implementação de políticas públicas federais, os programas que previam a regularização fundiária e urbana ganham nova dimensão no que tange a implementação de obras de urbanização, equipamentos públicos, habitações populares e recuperação de áreas degradadas.

Em 2005 cria-se o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Snhis/Fnhis), programa que visava: o acesso da população de baixa renda à terra urbanizada e à habitação digna; implementar políticas, programas de investimentos e subsídios para a produção de habitação voltada à população de menor renda; e

acompanhar e fiscalizar as instituições e órgãos responsáveis por funções no setor da habitação. Este programa tinha alcance municipal, estadual e federal.

A regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários passa a ser inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007) com um grande montante de recursos disponibilizados pelo Estado.

Programas visando melhorias em locais de assentamentos precários e moradias populares foram criados ao longo dos anos, no entanto, não ocorreu, a nível nacional, nenhuma política de urbanização de favelas duradoura e interligada, de forma a ser efetivo e permanente. Com isso o desenvolvimento habitacional brasileiro se deu através de interesses políticos clientelistas dos setores do capital de promoção imobiliária e o da construção.

A lei, como visto antes, é utilizada como expediente de manutenção e fortalecimento de poder e privilégios, contribuindo para resultados como a segregação e a exclusão, além de ser aplicada de forma completamente arbitrária.

O Brasil se insere no século XXI sem apresentar políticas sociais eficazes a longo prazo e com uma visão macro do problema urbanístico no qual a habitação está inserida, a fim de solucionar conflitos que passaram a adquirir dimensões gigantescas, muito além das políticas que estão sendo adotadas atualmente para amenizar essas questões (e não de fato solucioná-las). A existência de assentamentos precários em inúmeros lugares no país é um problema estrutural, por isso não deve ser tratado como uma política pública de contenção e sim como uma questão principal para a cidade. A consolidação e melhoria da cidade ilegal deve ser uma prioridade, a fim de democratizar de fato as moradias produzidas nas cidades, com todos seus serviços e infraestrutura.

“A criação de novos espaços urbanos comuns[commons], de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos. Temos de imaginar uma cidade mais inclusiva, mesmo se continuamente fracionada, baseada não apenas em uma ordenação diferente de direitos, mas em práticas político-econômicas. Direitos individualizados, tais como ser tratado com dignidade devida a todo ser humano e as liberdades de expressão, são por demais preciosos para serem postos de lado, mas a estes devemos adicionar o direito de todos a adequadas chances de vida, direito ao suporte material elementar, à inclusão e à diferença.” (HARVEY, 2013, p. 33).

3. Contexto São Paulo

Se considerarmos a habitação não apenas o imóvel em si, mas também seu entorno, no que se refere à disponibilidade de educação, equipamentos públicos, lazer, transporte, entre outros serviços, nota-se que a precariedade habitacional abrange contingentes ainda maiores do que os estipulados pelos dados oficiais.

Em São Paulo, relatórios produzidos nos finais do século XIX já apontavam uma situação semelhante à existente hoje em dia, só que em menores proporções. Enfatizavam a precariedade dos cortiços, considerados infectos e insalubres, os quais circundavam bairros centrais. A virada do século foi marcada por um período que predominou uma política pública higienista e sanitária, em que autoridades demoliam as moradias e estimulavam a construção de habitações fora do perímetro urbano. Essa política de segregação das camadas mais pobres pode ser notada muito antes, na passagem de Engels no livro *A Classe Trabalhadora na Inglaterra*, o qual descreve semelhante situação habitacional da classe trabalhadora no início da Revolução Industrial.

"[...] constatei um isolamento tão sistemático da classe operária, afastada das grandes ruas, uma arte tão delicada em mascarar tudo o que pudesse ferir a vista ou os nervos da burguesia." (ENGELS, 1844, p. 82).

O crescimento da cidade foi estabelecido sob os interesses da valorização imobiliária. Desta forma, a administração pública não só delegava à iniciativa privada as providências relacionadas à ocupação do espaço urbano, como manifestava a intenção de segregar a população trabalhadora em áreas distantes do núcleo central da cidade com o objetivo de garantir altos investimentos do interesse privado imobiliário ou interesse político estatal, sem que houvesse perda de valor.

"O crescimento das favelas em São Paulo se explica através das remoções realizadas a fim de viabilizar a implementação do Plano de Avenidas de Prestes Maia em 1942 e 1945. A assistência da Prefeitura foram barracões improvisados para a instalação das famílias em terrenos do IAPI ou municipais." (GODINHO, 1955, apud, BUENO, 2000, p. 47)

Após a década de 40 é que as favelas em São Paulo começam a ser encaradas como problema social a ser solucionado pelo município. Essa questão dos investimentos públicos gerando a remoção de pessoas, somada à Lei do Inquilinato de 1942, que

congelava os aluguéis, estimulou a migração de investimentos para o setor industrial e para a construção de habitações em loteamentos periféricos, agravando, assim, a crise habitacional de São Paulo.

A situação de São Paulo foi se agravando durante o século XX pois a população ultrapassava dezenas de milhões de pessoas que não mais se concentram numa área central, mas se espriam numa grande região, dificultando, por exemplo, a questão de implantação de saneamento básico, iluminação, transporte acessível entre outras.

O processo de formação de favelas acentuou-se, associado ao agravamento da situação habitacional desde os anos 70. Em áreas centrais, mais tradicionais, além dos cortiços antigos, surgiu uma nova forma de habitação, os "cortiços verticais" prédios abandonados, geralmente precários, alugados ou algumas vezes ocupados pela população que não tinha como arcar com os altos custos habitacionais.

Predominou em São Paulo, até meados dos anos 80, o padrão periférico de crescimento da cidade, o qual estava associado à tentativa de solucionar o problema habitacional através da produção doméstica da casa em loteamentos de periferia. Esse espriamento da cidade de São Paulo só foi possível graças ao meio de transporte coletivo que permitia chegar em locais mais distantes – o ônibus, além da facilidade de aquisição de lotes populares em regiões periféricas.

Este processo de periferização das habitações dos trabalhadores ia, claramente, ao encontro das necessidades da acumulação na indústria, pois assim, diminuía os custos habitacionais, o que "permitia" aos industriais, achatam ainda mais os salários da classe que já se encontrava claramente precarizada.

"A partir do fim da 2ª guerra mundial, a extensão do assalariamento, o acesso por ônibus à terra distante e barata da periferia, a industrialização dos materiais básicos de construção, somando às crises do aluguel e às frágeis políticas habitacionais do Estado, tornaram o trinômio loteamento popular/casa própria/ autoconstrução a forma predominante de assentamento residencial da classe trabalhadora." (MAUTNER, 1999, apud, ZUQUIM, 2012, p. 02).

A crise da habitação nesta década afeta principalmente às famílias que percebem que cada vez mais a casa própria é uma mercadoria difícil de ser alcançada, tendo em vista os altos preços da terra urbanizada e dos imóveis produzidos pelo mercado formal. Os lotes, mesmo que mais distantes, sofrem um aumento nos preços, alterando,

também, o padrão e a lógica imobiliária periférica na produção habitacional em São Paulo, até então predominante.

A rearticulação das formas de produção imobiliária, não mais periférica pelo aumento dos preços dos lotes, reforçou ainda mais as desigualdades existentes e criou novas desigualdades.

A política habitacional da Prefeitura de São Paulo atualmente prevê que as habitações precárias já consolidadas, têm prioridade nas ações de regularização, qualificação e reurbanização de áreas com envolvimento dos habitantes de baixa renda. Apesar dessas prioridades, não ocorrem ações efetivas e constantes para que o número de habitantes em situação precária diminua consideravelmente.

O poder aquisitivo da população de baixa renda está distante dos interesses do mercado imobiliário oficial e, sem muitas ofertas, essa faixa da população não tem outra opção além de ir procurar no mercado informal, imóveis nas favelas, os quais giram em torno de um próprio mercado que também se estrutura em torno de ofertas imobiliárias que envolvem os processos de apropriação, uso e locação do solo.

“Agora, sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (*foot loose*) recursos públicos (subsídios, terras, isenções).” (VAINER, 2013, p.47)

Verifica-se que no período de 1991 a 2000 a população favelada de São Paulo cresceu 2,97% ao ano, bem superior à taxa de crescimento da população do Município que foi de 0,87% ao ano no mesmo período. Essa taxa nas favelas ocorre devido a dois fatores principais: elevação da área total das favelas e aumento da densidade média.

O Estado neoliberal que na maioria das vezes age de acordo com os interesses privados permitiu que o desenho urbano paulista fosse traçado de acordo com esse mercado que estimula e aumenta as desigualdades. O elevado preço da terra, somado ao desemprego ascendente e alto valor de transporte acabam por permitir que, a São Paulo do século XXI, ainda ofereça aos seus trabalhadores, como única alternativa viável, a favela como local para moradias.

4. Intervenções urbanísticas e em assentamentos precários em São Paulo

As favelas, até os anos 70, eram locais provisórios de moradia de migrantes que chegavam na cidade. Na teoria, o problema habitacional dessas pessoas seria resolvido rapidamente pois logo estariam disponíveis loteamentos populares, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado ou retornariam ao seu local de origem. O que na prática não ocorria, aumentando sempre o contingente de pessoas que moravam em habitações precárias muitas vezes em locais de risco por não terem outras opções de moradia.

Nos anos 70 e 80 o crescente nível de desemprego, o arrocho salarial, o aumento do custo de vida, do preço da terra e as restrições colocadas pela Lei Lehman (Lei Federal nº 6.766/79), que tornou ilegal o parcelamento do solo sem infraestrutura e criminalizou o loteador clandestino, tornaram a aquisição de lote popular praticamente inacessível. (ZUQUIM, 2012) Nesse período o crescimento das favelas seguiu um ritmo acelerado, e alcançou taxas preocupantes: de 1% que crescera em 1973 passou para quase 9% em 1987.

Até meados da década de 80 as ações públicas em favelas ocorriam através de uma política pública repressiva de "desfavelamento" que era o atendimento em alojamentos provisórios ou o incentivo ao retorno para o local de origem do migrante.

A urbanização em assentamentos precários a partir da década de 90 ganha uma nova dimensão com a criação do Programa Habitar-Brasil (1994) o qual passa a englobar questões como direito à moradia, o reconhecimento da cidade ilegal, a urbanização e regularização da posse da terra, com a finalidade de garantir que as famílias que se encontravam nas áreas invadidas ali permanecessem e não mais fossem mandadas para seus locais de origem.

As primeiras ações de intervenção em favelas foram na gestão de Mario Covas de 1983 a 1986, como resposta à forte crise habitacional e à intensa pressão dos movimentos populares. É criado o Plano Habitacional do Município de São Paulo (1984) e implementado pela Cohab-SP (sucessora da Sebes). As ações em favelas passam a contar com programas de urbanização de favelas e loteamentos irregulares e com importantes esforços para sua implementação.

Os programas criados são: Profavela(1979): urbanização de favelas; Proluz e Proágua(1979/1987): infraestrutura; Urbanização e Regularização de Loteamentos Clandestinos; Programa de provisão de habitação, entre outros. Contudo, a execução desses tiveram pouca expressão se comparados com a dimensão dos problemas habitacionais encontrados na cidade.

Com a nomeação de Jânio Quadros (1986/88) para prefeito de São Paulo, as ações de remoção, em especial nas favelas localizadas em áreas mais nobres da cidade, são retomadas. As remoções eram respaldadas pela Lei de Operações Interligadas, mais conhecida também como "Lei do Desfavelamento". Essa Lei deixa claro os interesses neoliberais do estado, garantindo que as ações do poder público sejam norteadas pelos interesses dos setores privados, pois esta lei permitia remoções de favelas instaladas em áreas de interesse de mercado, ótimo negócio para os construtores, que lucravam com essa nova destinação da área.

Com a eleição da prefeita Luiza Erundina (1989/92) os planos do governo passam a ser orientados pelos direitos sociais, cria-se inúmeros programas para a provisão de habitação social e de regularização de assentamentos precários a fim de inserir as favelas na cidade formal. Ganham destaque nesta gestão os programas de mutirões e autogestão para a construção de moradias. As ações de intervenção em favelas, neste período, promoveram reconhecidos avanços na questão da habitação popular.

Nas gestões do prefeito Paulo Maluf (1993/96) e de seu sucessor Celso Pitta (1997/2000) ocorreu um retrocesso em relação as ações empregadas nas favelas. Elas se tornaram pontuais e com objetivo claro de dar visibilidade à administração municipal, por exemplo o Projeto Cingapura, prédios verticais, nas bordas das favelas, sem nenhum projeto de inserção das habitações na comunidade, nem qualificação dos espaços comuns, nem ao redor dos projetos.

Na administração da prefeita Marta Suplicy (2001/2004) são retomados os programas de reurbanização de favelas e produção habitacional de interesse social. Ganha destaque o instrumento Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS (áreas destinadas prioritariamente para a produção de Habitações de Interesse Social - HIS ou do Mercado Popular - HMP com toda infraestrutura necessária) e também são retomados os espaços que permitiam a participação popular com os mutirões.

É criado o Programa Bairro Legal (2001/2004) importante no campo de regularização urbanística e fundiária. Previa a intervenção em favelas e loteamentos irregulares projetando melhorias nos conjuntos habitacionais existentes, implantando novos equipamentos sociais, regularizando a situação urbanística e fundiária dos moradores, entre outras. É neste Programa que o projeto de urbanização da Favela Nova Jaguaré, objeto de estudo deste trabalho, se insere.

Com a eleição do prefeito José Serra (2005/2006) e do sucessor Gilberto Kassab (2006/2012), a política pública relacionada a melhoria de qualidade de vida nas favelas e a produção de habitações populares retrocede novamente, apresentando um discurso desconexo com as ações efetivas da prefeitura. É criado o Plano Municipal de Habitação (PMH 2009/2024) que teoricamente garantiria o direito à moradia digna, além de integrar ações nos campos ambiental, social, habitacional e urbanístico.

"O discurso da garantia dos direitos à moradia digna e à justiça social, da integração das ações públicas nos campos habitacional, ambiental, social e urbanístico por meio de novos arranjos institucionais articulados entre os níveis de governo e da intervenção integrada entre os diversos programas habitacionais de Sehab com as intervenções urbanísticas da prefeitura de São Paulo está distante de se concretizar, ficou apenas inscrito no PMH. " (ZUQUIM, 2012, p. 12).

Em 2012 é promulgado o Plano Municipal de Habitação, e para sua implementação são criados o Sistema de Informações para a Habitação Social (Habisp), o sistema de priorização de intervenções e de indicadores de monitoramento e o sistema de avaliação dos programas habitacionais (PMSP-SEHAB, 2010 apud ZUQUIM, 2012)

O Plano tinha como meta prover o atendimento a 800 mil famílias e promover aproximadamente 130 mil reassentamentos, ou seja, abrangeria quase que a totalidade de favelas e assentamentos existentes em São Paulo.

Segundo dados do Plano Municipal de Habitação os assentamentos precários representam quase que 30% da população do município, distribuídos em: 1.637 favelas com 381.151 domicílios, das quais 247 se encontram em Área de Proteção à Mananciais (APM), com 54.886 domicílios, correspondendo a 14,21% da população e 8% do território, totalizando 1.539.271 habitantes; 1.118 loteamentos irregulares com 383.044 domicílios, dos quais 325 em APM com 100.031 domicílios, correspondendo a 16,46%

da população, totalizando 1.783.562 habitantes (SÃO PAULO, 2010 apud ZUQUIM, 2012).

O adensamento verificado nos dados apresentados significa piores condições de vida, maior número de habitantes vivendo no mesmo espaço e como consequência desse aumento de pessoas ocorre também o fenômeno de verticalização de favelas.

Com o novo Plano Diretor e o Estatuto da Cidade, a Prefeitura dispõe hoje de instrumentos legais e urbanísticos que facilitariam a implantação de programas destinados às moradias sociais.

Fica evidente que o pouco tempo que as favelas tornaram-se tópicos de preocupações e intervenções públicas, a alta rotatividade de diretrizes divergentes de cada gestão pública resultou em ações descontínuas de programas e projetos o que as tornaram pouco eficientes.

A requalificação das favelas através da urbanização deve ser uma das prioridades da política social contra a pobreza, e subsídios habitacionais precisam ser viabilizados para a população mais carente. Além disso é responsabilidade do poder público dispor de novos instrumentos legais e urbanísticos para atuar no sentido de fiscalizar, controlar, adequar e direcionar a produção imobiliária a fim de que o subsídio habitacional tenha um caráter social de fato, e não apenas uma maneira de aumentar o poder aquisitivo e sustentar preços artificialmente elevados no mercado.

O crescimento da cidade de São Paulo tem perpetuado as antigas diferenças socioespaciais. Somado a isso, a lógica imobiliária tem intensificado novas formas de produção imobiliária que mais reforçam a desigualdade e a segregação. Por isso, precisa-se conduzir a produção da cidade e da habitação a fim de priorizar os trabalhadores mais pauperizados, os que de fato fogem da lógica imobiliária e que mais necessitam de subsídios para a habitação.

5. Estudo de Caso | Favela Jaguaré

A ocupação da região onde se encontra atualmente a Favela Nova Jaguaré, local do objeto de estudo, está diretamente ligada as obras de retificação do Rio Pinheiros em 1930. Grande parte dos lotes à Oeste do rio pertenciam à Cia Imobiliária, que passou a investir nas glebas para que estivessem aptas à implantação de indústrias e um loteamento para a produção de habitação operária.

O local era ideal para a instalação de indústrias pois encontrava-se próximo a uma linha ferroviária, tinha fácil acesso às rodovias que iam tanto para o interior quanto para o Sul do Estado. O fato do loteamento possuir um rio, Ribeirão Jaguaré, e ter água em abundância para o uso da indústria, também somava para que o local fosse considerado bom para o projeto.

Além disso, o acesso às terras era ainda mais facilitado devido as linhas de ônibus que serviam a propriedade da Cia. e a Estrada Sorocabana, permitindo assim que a mão-de-obra chegasse aos postos de trabalho.

O projeto previsto para o loteamento operário tinha área de 800.000 m² destinados à construção de 2.000 casas operárias. A parte leste da colina, com declividades mais acentuadas e pior insolação, seria destinada a um parque público, que nunca foi implementado. Esta área acabou sendo invadida pelas indústrias, os espaços verdes foram desmatados e posteriormente deu origem à Favela Jaguaré.

Após a 2ª Guerra Mundial o bairro tornou-se cada vez mais atrativo às indústrias, as quais se diversificaram, sendo estas de diversas áreas como mecânicas, serralherias, do setor alimentício, como o CEAGESP, implantado em 1966, entre outras.

O bairro apesar de atrativo, não correspondeu à venda esperada dos lotes destinados as habitações.

No final da década de 60, o bairro já apresentava 370 famílias e uma escola de madeira, fato que já apontava a conivência da Prefeitura em relação à existência de moradias precárias na favela.

Uma década depois a favela havia crescido exponencialmente, e contava com aproximadamente 3.000 famílias, com taxa anual de crescimento de 37,27%.

As áreas de fácil acesso e de menor declividade e com menor presença de vegetação foram as que apresentaram as primeiras ocupações excetuando os locais reservados para o lazer comum da gleba como o Campo de Futebol e a Praça 11.

Até meados da década de 70 foram abertas as vias de maior porte.

Em 1986 tanto a Praça 11 como o Campo de Futebol já se encontram inteiramente ocupados. A enorme demanda por habitações é clara, sendo que apenas algumas áreas muito íngremes não foram ainda ocupadas, a favela foi se adensando através da ocupação de áreas livres, entre barracos, por exemplo.

Duas citações de falas dos moradores entrevistados nessa pesquisa exemplificam a situação da favela na época que chegaram, antes das obras de urbanização:

“Eu vim pra cá mais ou menos em 1989, que eu lembro que eu vim quando eu tava na 3ª série, até estudei na escolinha João Crus Costa; e na época aqui era como se fosse um morro mesmo, não tinha, não era nada urbanizado, a maioria das casas era tudo barraco mesmo, não tinha nada de blocos né, tijolos, e as ruas eram em vielas, dividido em vielas. Saneamento básico não tinha, os esgotos eram no meio da rua, não tinha asfalto, nem nada, tinham alguns comércios aqui na rua, como tem hoje ainda, mas são até mais organizadinhos agora, o pessoal tudo construiu agora, mas a maioria eram barracos mesmo.” (Entrevista Alba R. G. da Silva, 2014)

“Era bem precário, a rua era de terra, quando chovia era um “Deus nos acuda”, como tem muita ladeira é tudo muito íngreme, as ruas se esburacavam, na descida da água cavavam valas enormes, tinha dificuldade para passar o carro do lixo, tinha dificuldade pros moradores transitarem, era bem complicado, as empresas as vezes não conseguiam fazer entregas aqui dentro, empresa de móveis, de alimentos, até se recusavam a entrar devido a esse acesso que era bem precário, e o saneamento básico era muito ruim, o esgoto era a céu aberto, tinha muita doença, muitos casos de leptospirose, essas doenças aí causadas por falta de saneamento básico, existiam muitos casos aqui, agora praticamente se extinguiu.” (Entrevista Antônio M. G., 2014)

Conforme a favela foi crescendo e se adensando, começam a coabitar em um mesmo espaço famílias com diferentes níveis de vulnerabilidade, questão que se mostra aparente nos diferentes materiais que as casas são construídas (madeira, chapas de aço, sobras de materiais entre outros). Segundo dados do Habisp mais de 75% da população apresenta Índice Muito Alto de Vulnerabilidade Social.

Segundo Kowarick (2009, apud, TRENTO, 2011, p. 18) as famílias que habitavam a Praça 11 tinham melhores condições de moradia, usufruíam de infraestrutura básica como saneamento, energia, coleta de lixo, entre outros, além de serviços e comércios como correio, creches escolas etc.

Já as partes mais baixas da colina, eram mais precarizadas, o esgoto corria a céu aberto, a área estava sujeita a enchentes durante as chuvas, as casas eram mais frágeis, a maioria de madeira, e era um local considerado mais violento, dificultando também a entrada de serviços públicos.

Para Freire (2006, apud SATO, 2012, p. 47), a boa localização da favela e a consolidação da mesma promoveu uma valorização no mercado imobiliário e a pressão constante por novas moradias ou ampliação das existentes, levaram a uma verticalização expressiva, até 5 pavimentos em algumas construções. No entanto, devido a esse grande adensamento não se encontram espaços livres que não sejam vias de circulação, os espaços condominiais dos Cingapuras ou as encostas muito íngremes. Ainda de acordo com o autor, nota-se que a grande maioria das construções deixaram de ser barracos precários de madeira ou chapa de aço, dando espaço para as casas de alvenaria. No telhado, predomina o uso de cimento amianto, diminuindo o uso de madeira, a existência de laje pré-moldada é notável. No entanto, apesar da melhoria das moradias, a área continua sendo considerada como favela, pois se trata de uma condição dada pela relação fundiária e pela exclusão dos serviços urbanos.

Em 1989 foi criado um "Plano de ação para as favelas em situação de risco de vida ou de emergência" que contemplava um setor da favela, chamado Setor I, pois era uma das áreas de maior risco, promoveu obras para o retaludamento e drenagem de uma encosta que desmoronara, concluídas em 1991. Este local estaria reservado para a construção de 78 unidades habitacionais que nunca foram de fato feitas. Atualmente a área é considerada uma das mais densas e com maior risco de desmoronamento na favela.

Em 1995 ocorreu um novo deslizamento na favela e como solução, a Prefeitura ofereceu uma indenização de R\$1.700,00 para as famílias, valor insuficiente para adquirir um novo imóvel, com isso, provavelmente, iriam para outro barraco, próximo ao antigo ou em outra favela, não solucionando nem temporariamente o problema dessas pessoas. Parte dos moradores que perderam seus barracos e não aceitaram essa

"indenização", foram transferidas para um alojamento provisório, sem nenhuma assistência, e ali permaneceram por mais de um ano.

Inicia-se em 1996 a construção de dois conjuntos habitacionais do Cingapura, Nova Jaguaré I e II, pelo programa PROVER- Programa de Verticalização de Favelas, um localizado sobre o antigo Campo de Futebol e o outro próximo à Marginal Pinheiros. Os dois conjuntos totalizariam 260 unidades habitacionais. As intervenções sofreram inúmeras críticas pois as soluções eram claramente pontuais, não apresentavam nenhuma diversidade das unidades habitacionais, e as áreas de convívio térreas eram quase inexistentes, se limitavam a estacionamentos, o que beneficiava apenas os moradores contemplados pelo programa.

Em 1997 são construídos, também pelo programa PROVER, mais dois novos projetos nos mesmos moldes do anterior, totalizando 602 unidades habitacionais. Este projeto tinha como foco apenas a provisão habitacional, sem nenhuma preocupação com a urbanização do restante da favela.

Em 2002 ocorrem muitos deslizamentos na favela, muitas famílias ficam desalojadas, novas obras de contenção das encostas e escadarias hidráulicas são feitas. No ano seguinte é lançado um projeto urbanístico dentro do Programa Bairro Legal, a fim de prover acesso à moradia adequada a todos os moradores, infraestrutura urbana e todos os outros serviços públicos para inserir de fato a favela à trama urbana do bairro (como correios, coleta de lixo, entre outros). O projeto foi licenciado em 2004, na gestão da prefeita Marta Suplicy, mas as obras só iniciaram no outro ano, já na gestão do José Serra e posteriormente do Gilberto Kassab.

5.1 Obras de urbanização da favela Nova Jaguaré | Intervenções em 2005

Com a nova gestão em 2005, ocorre também uma mudança na política habitacional e programas antigos são reformulados. O projeto do Bairro Legal para a Favela Jaguaré não fica excluído dessas mudanças de caráter político. Como ele já havia sido licitado, deu-se continuidade a ele, porém com inúmeras divergências.

O projeto passa a fazer parte do programa Urbanização de Favelas e ficam previstos dois novos conjuntos habitacionais para a área, Conjunto Kenkiti Simomoto e Residencial Alexandre Mackenzie, a fim de atender a demanda de novas moradias geradas em função das remoções necessárias para as obras do novo projeto.

Algumas das diferenças apresentadas na nova proposta do projeto são referentes a implantação de novos edifícios de provisão habitacional, como os citados anteriormente, mudanças no sistema viário, e mudanças nas áreas públicas de lazer.

O projeto final acabou sendo implementado em um terreno fora do perímetro da favela e não nas áreas de risco como previsto inicialmente. Parte das famílias removidas foram remanejadas para outros locais na própria favela, como Unidades Habitacionais construídas pela Prefeitura ou casas em novos lotes, outras, devido à rapidez das remoções, receberam uma verba de apoio ou receberam uma quantia pela venda da casa, entre outras opções.

A partir de 2009 os novos conjuntos habitacionais foram entregues à população do bairro, essas unidades localizavam-se nas áreas periféricas da Nova Jaguaré, no entanto as construções de infraestrutura e habitações no centro da favela ainda continuavam. Parte das obras nas áreas de alta declividade, que no projeto inicial previa unidades habitacionais, necessitaram de arrimos e outras obras de alto custo de execução e de manutenção.

As obras terminaram no ano de 2010, alguns serviços que inicialmente tiveram alguns problemas como as contas de água que eram calculadas pela média das casas das ruas, agora já estão, pelo que foi entrevistado com os moradores, normatizados e funcionando de forma correta, cada casa com uma conta individual.

A descontinuidade dos projetos feitos na Favela Nova Jaguaré desde a década de 80 e a reformulação, a cada nova gestão, da política habitacional, social e de urbanização prolongou ainda mais o processo de urbanização da área, a qual com o passar do tempo só apresentou maior dificuldade para cumprir com a demanda mínima, pois ficou mais adensada.

Os projetos previstos para a Nova Jaguaré podem ser divididos em dois grupos: aqueles que de fato visavam uma integração da cidade informal à cidade formal, levando infraestrutura urbana ao local, como pavimentação de ruas, serviços de luz, água, saneamento básico entre outros; e aqueles que visavam apenas a provisão habitacional sem nenhuma preocupação com a conexão dessas moradias com a favela.

No primeiro grupo se inserem as obras feitas na gestão da prefeita Luiza Erundina(1989-1992) o projeto previsto dentro do programa Bairro Legal sob a gestão da Marta Suplicy (2001-2004) e as modificações feitas na gestão Serra/Kassab.

No segundo grupo estão os projetos do PROVER executados na gestão de Paulo Maluf (1993-1996), o Residencial Alexandre Mackenzie e o Conjunto Kenkiti Simomoto feitos na gestão de Gilberto Kassab.

5.2 Remoções

As primeiras intervenções na Favela ocorreram na década de 70. Barracos próximos à Marginal Tietê foram removidos para a construção da estação de trem Jaguaré, mas no geral pouco foi feito até a década de 80.

Em 1983, 20 famílias foram realocadas para o Campo de Futebol, pois havia ocorrido um deslizamento que provocara a destruição de cerca de 200 barracos, o que promoveu o início da ocupação dessa área destinada ao lazer coletivo.

Em 1995 aconteceu novamente um grande deslizamento que gerou a remoção de diversas famílias pela Prefeitura de São Paulo. Para cada barraco removido, a família desalojada recebeu o valor de R\$ 1.700,00, valor insuficiente para a compra de outro imóvel que não fosse em outra favela. As famílias (40 delas) que não aceitaram a proposta foram transferidas para um alojamento provisório no Tendal da Lapa, o qual não acabou nem sendo provisório nem tendo a assistência da Prefeitura.

Em 1996 foram removidos 1.714 moradores, de um total de 12.236, para a construção de dois conjuntos habitacionais do PROVER, Nova Jaguaré I e II, com o total de 260 novas unidades construídas. Se considerarmos 5 pessoas por famílias, seriam necessárias aproximadamente 342 unidades novas para realocar todos os moradores removidos para a obra.

Uma das moradoras entrevistadas participou deste processo de remoção e atualmente mora em um dos edifícios do Cingapura construídos, ela relata em alguns trechos como foi a dinâmica de retirada das famílias e como era o alojamento provisório enquanto estavam sendo construídos as habitações:

“Começaram a tirar remessa por remessa, tirar por exemplo a primeira fileira de barracos da frente, depois iam tirando aos pouquinhos, tirou uma parte, depois tirou outra e assim, daqui eles mandavam a gente pra um alojamento de frente a USP, tem um terreno ali na Avenida Politécnica, em frente a USP mesmo.” (Entrevista Alba R. G. da Silva, 2014)

“Lá era como se fosse um barracão né? Só que era dividido, cada um com sua chave, porta, era tudo separadinho, cômodo por cômodo pra cada

família. E era bem apertadinho, um pouco maior que essa sala aqui, imagina, uma sala dessas pra colocar todos os móveis de uma casa com uma família de sete pessoas. E tinha que colocar tudo lá dentro, tinha de desmontar os móveis né. O banheiro lá era comunitário, a gente reunia o pessoal pra ajudar a lavar durante a semana, então de dois em dois dias a gente lavava porque comunitário é complicado né? Ficamos mais de dois anos lá.” (Entrevista Alba R. G. da Silva, 2014)

Em 2002 ocorreram muitos deslizamentos na área e um deles desalojou 26 famílias do Morro do Sabão, acarretando em obras de contenção e encaminhamento das águas pluviais por muros de gabião e escadarias hidráulicas.

Em 2003 é lançado um edital para um projeto dentro do Programa Bairro Legal. O projeto final previa a remoção de aproximadamente 1760 famílias para a construção de 1540 novas unidades. Os moradores que não teriam a provisão habitacional, seriam assentados em áreas próximas. Porém essa obra foi paralisada antes de seu início.

Alguns barracos na parte baixa e plana da favela são parcialmente removidos em 2006 para a implantação de obras de urbanização e construção das unidades habitacionais no centro da gleba. (FREIRE, 2006 apud SATO, 2012).

Segundo Bruna Sato (2012), de acordo com informações da Habi Centro, 942 unidades habitacionais foram entregues no total. Cerca de 1.879 imóveis foram removidos da favela e 2.400 permaneceram na área. Segundo o documento de apresentação do projeto do Habi Centro, os primeiros locais da favela a serem desocupados nas obras seriam as áreas de risco. As famílias desses locais iriam para dois destinos: os provisórios, casas na favela ou próximo à ela com os aluguéis providenciados pela Prefeitura e os definitivos, com várias alternativas como novas unidades feitas dentro da Nova Jaguaré, novas unidades próximo a favela ou lotes regularizados na favela. Nota-se que o número de unidades providas no projeto é quase metade do que foi removido para sua execução.

6. Percurso Metodológico

"[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam." (ALBERTI, 1990, apud GONÇALVES, 2007, p.85).

Os dados oficiais, que foram coletados, sobre habitações/favelas utilizados nas pesquisas e estudos sobre o Jaguaré, por serem de difícil acesso, e muito fragmentados, de certa forma se esgotaram (sob forma de índices, registros e cadastros oferecidos por instituições). Muitos dos dados são aproximados e que praticamente não apresentam precisão sobre a qualidade real das habitações em São Paulo. Essa carência de informações confiáveis e públicas demonstra o descuido com que a sociedade se depara com a precariedade habitacional e não tem se precavido contra o caráter predatório com que a cidade tem sido construída.

A metodologia inicialmente proposta para o desenvolvimento deste trabalho seria através do levantamento de documentos oficiais, balanços das gestões públicas e materiais divulgados no site da prefeitura. Como dito anteriormente esses dados sobre as remoções de habitações no Jaguaré durante as obras de urbanizações já foram esgotados em estudos anteriores sobre a área. Com isso, surgiu a proposta de trabalhar este fenômeno de uma forma qualitativa, através da história oral dos moradores.

A intenção de utilizar a metodologia da história oral era perceber qualitativamente qual foi o impacto da urbanização da favela Nova Jaguaré na vida dos moradores em relação às remoções habitacionais que ocorreram durante as obras. Através das narrativas individuais, foram identificados traços comuns, os quais fazem parte da história do grupo. Esse conjunto de registros são uma memória coletiva, que confrontados com a história oficial, serviram fomento ao melhor entendimento de um processo que ocorreu no local.

Além disso, ao registrar as narrativas individuais, permite-se criar um vínculo entre os moradores, possibilitando uma reflexão sobre de que maneira as memórias de

cada um são individuais e até que ponto se tornam coletivas, estabelecendo uma identidade entre pessoas.

"A história oral não é, necessariamente, um instrumento de mudança; isso depende do espírito em que seja utilizada. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história, pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras". (THOMPSON, 1992, apud MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 13).

A pesquisa qualitativa permite considerar a relação entre o pensamento (subjetivo) e a base material (objetivo), entre o homem como sujeito histórico e as determinações que o condiciona. Por isso os dados qualitativos recolhidos através desse método adquirem valor para a contribuição científica quando cruzados com os dados quantitativos, ou seja eles se complementam.

Martinelli (1999 apud GONÇALVEZ; LISBOA, 2007, p.85) ressalta três pontos que conferem importância à pesquisa qualitativa:

1. Caráter inovador- como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais.
2. Dimensão política do método - como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa.
3. Exercício político - uma construção coletiva, a sua realização ocorre pela via da complementaridade, não pela exclusão.

Ao abordar qualitativamente o objeto de investigação o pesquisador passa a considerar que as pessoas envolvidas no processo de pesquisa são "[...] sujeitos de estudo, pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados" (MINAYO, 1993 apud GONÇALVEZ; LISBOA, 2007,p. 85)

Para a utilização do método oral são necessárias ferramentas que delimitam o entendimento, e permitam o caráter científico da investigação social. Essas ferramentas são encontradas em fundamentos epistemológicos, os quais, estabelecem as condições de objetividade dos modos de observação e experimentação. Como por exemplo:

a) Primazia epistemológica: O pesquisador, tendo um conhecimento prévio, deve estar orientado por um projeto previamente formulado, por uma hipótese problematizadora que serve de norte para a investigação, cujo objetivo é, a partir do levantamento de dados empíricos, a construção do conhecimento.

b) Vigilância epistemológica: O pesquisador deve manter a necessária distância com o objeto pesquisado.

c) Consciência e não-consciência: Os conteúdos das falas obtidas pelos sujeitos da pesquisa extrapolam os sentidos e significados que pretendem expressar conscientemente, por isso devem ser investigadas minuciosamente.

d) Objetividade e subjetividade: Conseguir entrelaçar a dimensão pessoal e subjetiva com a estrutura social.

e) Singularidade e totalidade: As pessoas entrevistadas quando relatam sua trajetória, se identificam com um grupo social, percebendo que ele é um elemento construtivo deste grupo.

f) Historicidade: Perceber que a realidade social está em constante transformação, perceber que ela não é estática, por isso a pesquisa também terá um caráter dinâmico e processual.

Após decidido que a metodologia de pesquisa a ser usada para a investigação do problema proposto neste trabalho seria a da história oral foi necessário um período de análise de como transferir esta metodologia abrangente para uma pesquisa específica com um objeto claro e restritivo de certa forma, as remoções no do período das obras de urbanização no Jaguaré.

Com o auxílio da orientadora desta pesquisa, Maria de Lourdes Zuquim, que já tinha familiaridade com algumas pessoas do Jaguaré por pesquisas e trabalhos anteriores, entrei em contato com um dos líderes comunitários, já conhecido por outros trabalhos feitos no local.

O Sr. Francisco mediu o contato com pessoas que tivessem disponibilidade para a entrevista. Desta forma ele auxiliou nesta primeira comunicação imprescindível para que houvesse o mínimo de confiança dos moradores com uma pessoa estranha que estaria entrevistando-os em suas próprias casas.

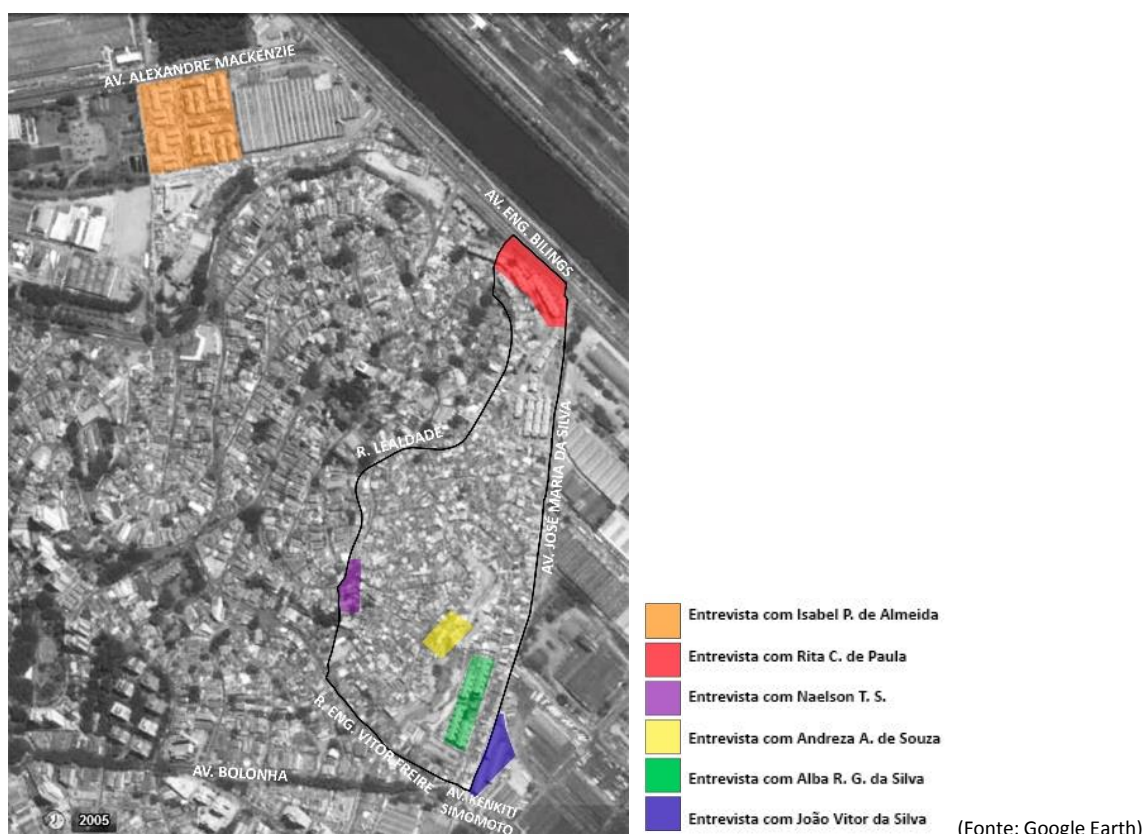
Previa-se, inicialmente, pelo menos cinco entrevistas distribuídos entre espaços geográficos com distintas características e origens dos moradores, assim como com

famílias em diferentes níveis de vulnerabilidades sociais. Esta distinção de “bairros” dentro da Nova Jaguaré foi confirmada em alguns dos depoimentos dos moradores, quando usavam as expressões “outro bairro” ou “no bairro de cima” como pode ser notado no trecho abaixo, reafirmando a necessidade das entrevistas em locais estratégicos como pensados inicialmente.

“... as vezes vem muita criança lá de cima, a gente percebe que vem muitas pessoas do bairro e cima (Praça 11) que vem, bagunçam, quebram tudo”. (Entrevista Alba R. G. da Silva, 2014)

As cinco entrevistas seriam feitas com moradores: da área mais alta (geograficamente falando), da área mais baixa, do Conjunto Kenkiti Simomoto, do Residencial Alexandre Mackenzie e de um dos Conjuntos do Cingapura. No fim foram feitas sete entrevistas, um morador a mais de um dos conjuntos do Cingapura e um ex-morador do Jaguaré (atualmente mora em Osasco) mas que trabalha diariamente em um comércio na comunidade.

Mapa Jaguaré | Regiões escolhidas para as entrevistas



Segundo as referências bibliográficas relacionadas à metodologia da história oral, foi produzido um roteiro como guia para nortear o rumo das entrevistas com os moradores da Nova Jaguaré. Era muito importante que as perguntas fossem

abrangentes mas sem fugir do objetivo da pesquisa, e que fossem formuladas para que não interferissem nas respostas, nem direcionassem-nas, a fim de permitir que a pessoa entrevistada ficasse a vontade para falar da forma que quisesse sobre os fatos que lhe são perguntados.

Na prática este roteiro serviu como um guia para a conversa com a pessoa entrevistada, muito mais do que um roteiro rigidamente traçado. Ele era apenas uma tentativa de não perder de vista o objetivo principal que deveria ser alcançado ao final do trabalho, o foco sobre as remoções ocorridas durante as obras de urbanização da favela. No entanto essa expectativa de manutenção de direcionamento das conversas muitas vezes não ocorreu durante a entrevista, inicialmente foi imaginado que existiriam respostas claras às perguntas, no entanto o próprio propósito da história oral veio à tona: a possibilidade da pessoa contar seu parecer sobre determinado fato podendo deixá-lo obscurecido por suas impressões ou em aberto por outras questões (como receio de contar o que sabe ou então vergonha ou qualquer outro motivo).

Com essa possibilidade de ampliação do universo a ser discutido nas entrevistas pôde-se chegar a alguns resultados novos, não esperados, também importantes para a compreensão do processo como um estudo de caso com suas particularidades mas que muitas vezes reflete questões sociais mais abrangentes e que se inserem perfeitamente em outros casos de urbanização de favelas e de assentamentos precários.

Portanto foi a partir do relato empírico, coletado nas conversas com moradores da Nova Jaguaré, no que tange a questão habitacional no processo de urbanização, que foi analisado o processo de renovação urbana da favela. A construção do modelo de análise através da história oral das pessoas se apresenta como uma proposta investigativa, enfatizando a trajetória das pessoas, fazendo com que elas se vejam como sujeitos históricos e importantes personagens na construção da história de qualquer lugar (como de fato o são).

Somado aos interesses desta pesquisa, as entrevistas podem funcionar também como uma forma do morador organizar linearmente a sua própria história de trajetória, muitas vezes nunca contada antes, para expressar suas impressões sobre um problema proposto, o processo de urbanização do local onde moram. Desta forma, ao exteriorizar suas histórias através da fala, passam a ter, pra eles mesmos, uma maior clareza sobre suas opiniões relacionadas aos acontecimentos recentes, questão necessária para se

enxergarem e se fazerem presentes como sujeitos históricos modeladores do entorno e não moldados por interesses externos.

6.1 Roteiro de Entrevista

Nome:

Local:

1. Será que a sra./sr. poderia contar um pouco de onde veio e como era a sua vida antes de vir para o Jaguaré?
2. Quando chegou no Jaguaré? (talvez com quem chegou - sozinho, com familiares...)
3. Como era o Jaguaré antes das obras? (onde morava, condições no local...)
4. O que a obra mudou na sua rotina? (se mudou, permaneceu na mesma casa durante as obras...)
5. O que mudou depois da obra? (em relação à infraestrutura, casa, transporte, qualidade dos espaços...)
6. Qual a sua opinião em relação às mudanças do bairro (positivas/negativas).

7. Resultados Obtidos

Nas conversas com os moradores alguns pontos foram quase que unânimes nas falas deles, mesmo não sendo perguntados diretamente durante a entrevista. Esta opinião individual de cada morador quando confrontada umas com as outras apresentam questões importantes convergentes que estão latentes na comunidade e que merecem atenção especial desta pesquisa. Os tópicos resultantes das entrevistas podem ser observados a seguir.

Censura sobre as Remoções

Durante as entrevistas eu tinha a expectativa que os moradores fariam naturalmente sobre como funcionou a dinâmica das remoções consequentes das obras a fim de compreender melhor o processo, considerando que é um assunto mal esclarecido pelos dados públicos.

Essa obscuridade das informações públicas sobre uma questão tão importante e ao mesmo tempo delicada reflete claramente nas opiniões dos moradores da própria favela.

Fica evidente que os moradores não se sentem muito confortáveis para entrar em detalhes relacionados a esse tópico e durante as conversas não os faz. Em nenhum momento foi perguntado diretamente sobre as remoções, mas indiretamente eles não se estendiam sobre o tema.

Dois tipos de relatos foram registrados: ou os moradores diziam que não sabiam como funcionou o processo de remoção dos moradores, quando perguntados se conheciam vizinhos ou familiares que não ficaram na favela durante o período de obras; ou eles explicaram sobre o auxílio aluguel, ou o “cheque despejo” como as opções oferecidas pela prefeitura.

O mais interessante é que uma questão foi unânime entre todos os moradores: que não existiram pessoas lesadas pelas remoções, que não sabiam de casos de pessoas que tiveram que ser removidas e por algum motivo não foram contempladas com novas moradias.

“... as pessoas já tinham consciência de que iam pra um lugar melhor, todos que saíram tão ou nos apartamentos aqui mesmo aqui embaixo (Conjunto Kekiti), ou tão lá no Alexandre Mackenzie que é uma outra área né? Então assim, não teve isso, tem o auxílio aluguel, não teve ninguém que ficou lesado por conta disso, não, não teve.” (Entrevista Andreza A. de Souza, 2014)

Essa é uma questão que ao meu ver apenas reflete uma censura que é oficializada pelo poder público ao indisponibilizar ou mascarar os verdadeiros dados sobre as habitações providas e os moradores que tiveram que sair de suas casas com a urbanização.

Acredito, também, que as pessoas entrevistadas podem não ter discorrido muito sobre este assunto pois não se sentem confortáveis para falar sobre algo que ainda é polêmico pois até pouco tempo atrás, o poder público lidava com as favelas com remoções como solução.

Além disso, os moradores viram, num processo relativamente recente, seu bairro se transformar, após muita luta e muitas dificuldades, em um local mais digno de se viver, estando cada vez mais a caminho da formalização no que tange o direito à cidade, e não querem desmerecer nem criticar de forma muito enfática um projeto que mesmo com defeitos, foi muito positivo aos moradores da favela, e talvez por isso também não falem muito sobre as remoções.

Exclusão Arraigada

Para os primeiros moradores do Jaguaré, que viram a formação da favela desde o início, a luta contra as desigualdades e por melhores condições de vida foi uma constante em todos os relatos. Conquistar um espaço, uma moradia digna em uma cidade hostil, onde a concentração de terra e poder é clara porém não é combatida é uma batalha travada pelos migrantes pobres que vieram em sua maioria a partir da década de 70 e encontraram nas favelas o único local onde a oferta de moradia era compatível com os baixos salários.

Os moradores relatam que após as melhorias ocorridas depois das obras de urbanização parte dos preconceitos claros e excludentes que sofriam em situações do cotidiano por morarem em uma favela, hoje já não ocorrem mais, como por exemplo conseguir um empréstimo no banco, que não era cedido antes por não possuir nenhuma

conta que comprovava residência e agora com a entrada da Eletropaulo e da Sabesp os moradores, pagando água e luz, conseguem comprovar residência para qualquer ação; ou então quando faziam alguma compra e precisavam que a empresa entregasse em domicílio, os caminhões de entrega não entravam na comunidade por causa das más condições das vias, então deixavam as entregas na entrada da comunidade e os moradores que arranjassem uma forma de carregar até suas casas, e agora isso não também não ocorre mais.

Com isso, alguns dos entrevistados disseram que a moral dos moradores aumentou muito, no entanto quando indagados, se caso tivessem a oportunidade de sair da comunidade Jaguaré eles sairiam, quase todos responderam que infelizmente sim, pois independente das melhorias, da qualidade de vida que aumentou muito, o local sempre vai ser visto como favela, e com todas as características pejorativas, mesmo que aos poucos não seja mais a realidade da comunidade.

“...tenho projeto de sair, assim, foi legal, eu vi todos os avanços que tiveram mas eu acho que eu tenho capacidade de ter uma coisa melhor, mas não é por orgulho, eu nunca escondi que morava aqui” (Entrevista Andreza A. de Souza, 2014)

“... na verdade aqui é considerado eternamente favela, claro, a gente chama de comunidade, vila, mas pras pessoas a maioria aí fora vai considerar aqui eternamente favela, é como se fosse um preconceito que vai ser eterno, [...] aqui hoje é uma vila urbanizada, talvez a gente vai ter escritura, pagar IPTU, tudo normal, vai ser um bairro como qualquer outro, mas vai ser eternamente favela [...]” (Entrevista Naelson T. S., 2014)

Além de tudo isso o próprio poder público acaba por reafirmar esta exclusão que ainda está muito arraigado aos moradores, considerando a forma com que o Estado lida com a vida dessas pessoas quando ações como as obras de urbanização ocorrem. São obras que claramente mudam com o cotidiano e muitas vezes com o rumo da vida de muitas famílias, e quando diz respeito as remoções por conta das obras ou para a retirada de locais de risco, as opções ainda oferecidas a essas famílias para lidar com isso são no mínimo precárias.

O poder público, até então, disponibiliza duas opções, uma delas insuficiente e outra, ao meu ver, ainda higienista. A primeira é o auxílio aluguel, uma ajuda de R\$ 400,00 a 500,00 que as famílias receberam, valor que, com a urbanização e a valorização

dos imóveis, se mostrou diminuto para pagar um aluguel na mesma região, ou seja, não se é considerado as variações dos aluguéis.

“Pelo valor do aluguel podiam alocar onde quisessem, mas geralmente eles procuravam ficar no bairro porque escola das crianças,[...] toda amizade circulava aqui, família, parentes, tudo aqui, as vezes até emprego mas próximo aí procuravam ficar pelo Jaguaré mesmo, mas existiu casos de pessoas irem morar em outros bairros porque o valor do aluguel que se pagou aqui na época não era muito alto, acho que aí que pecou, porque o valor que foi dado pro aluguel, como a demanda aumentou a procura por aluguel, os valores de aluguéis no bairro aumentaram muito, aí aquele dinheiro que era pago pro morador não conseguia suprir.” (Entrevista Antônio M. G., 2014)

A segunda é o um valor (irrisório) que a prefeitura oferece para que o morador volte para seu local de origem e não tenha mais direito a nenhum benefício. Valor de R\$8000,00 que não permite que a família compre nenhum outro imóvel, senão, em alguma outra favela. É um paradoxo ainda existirem medidas públicas que acabam por ratificar medidas higienistas como forma de lidar com o problema habitacional em pleno século XXI, e perpetuar “uma arte tão delicada de mascarar tudo o que pudesse ferir a vista ou os nervos da burguesia” que Engels já descrevera na Situação da Classe Trabalhadora Na Inglaterra a pelo menos dois séculos atrás.

Lidando de uma forma marginal com a população de baixa renda, apenas garante que a sociedade ainda trate os moradores da comunidade de forma excludente, garantindo sempre a não homogeneização da cidade informal à formal, mesmo que aquela esteja passando por processos com esta finalidade, ainda falta muito para que a sociedade, e os próprios moradores das favelas, se vejam como cidadãos de fato.

“É como se falassem assim: - Se vira aí! As vezes a gente se sente largado a própria sorte. É mais ou menos isso, por que não se muda o conceito de favela? Porque o próprio poder público que deveria cuidar e ocupar esses espaços e falar: - Nós estamos aqui, vocês são cidadãos, vocês também pagam impostos, vocês fazem parte desse país, dessa cidade! E a gente tem responsabilidade, porque no dia do voto a gente escolhe também os nossos governantes, nosso voto é equiparado ao das pessoas da cidade legal, e por quê os nossos direitos não são iguais também? Só os deveres, em direitos não. Isso é que é complicado.” (Entrevista Antônio M. G., 2014)

Alterações de objetivos

O objetivo inicial era compreender de que forma as remoções das famílias afetaram os moradores da comunidade e como funcionou a dinâmica desse deslocamento. No entanto, após as conversas foi constatado que esta questão é algo ainda muito velado pelos próprios moradores, e poucas informações diretamente relacionadas à dinâmica das remoções foram coletadas.

Com isso o objetivo inicial deixa de ser diretamente as remoções dos moradores e passa a ser uma visão mais subjetiva sobre o porquê de não se conseguir essas informações por nenhum meio, que no fim foram os resultados das entrevistas, seja pela censura sobre o assunto, seja pela visão excludente que ainda está arraigada na sociedade ou seja pela própria culpabilização da vítima, que são os próprios moradores.

Culpabilização da vítima

Outro ponto que se mostrou convergente em quase todas as falas dos moradores foi a questão de culpabilizar os próprios moradores pelos problemas existentes na favela.

As sujeiras das ruas, a falta de cuidado com os espaços públicos de uso comum entre outras coisas, não são, nas falas das pessoas, ligadas à ausência do poder público e a ineficiência dos serviços.

Por ainda ser considerada uma favela, o poder público trata de forma marginal o que na cidade oficial não são nem tratadas como questões e sim direitos.

No entanto a maioria dos moradores em suas falas não citam essa ausência das ações da prefeitura e sim a “falta de educação” dos próprios companheiros.

“Não é valorizado pelos próprios moradores. Tem uns que eu até percebo, porque eu não conheço ninguém, eu até percebo que zelam, mas a maioria, eu não venço limpar aqui [...] é pura decepção e a primeira causa é a falta de conservação dos próprios moradores.” (Entrevista Rita C. de Paula, 2014)

Ou senão acham que essas ações não ocorrem em nenhum lugar que não seja na favela, opinião que ainda traz cargas pejorativas arraigadas.

“[...] vai ser um bairro como qualquer outro, mas vai ser eternamente favela, vai, aqui vai ser eternamente, principalmente se o cara faz isso daí (se referindo ao entulho que é constante em frente a sua casa), isso daí é coisa de favelado.” (Entrevista Naelson T. S., 2014)

Segundo Porchman “A classe trabalhadora, entretanto, precisa do Estado. Sem ele, não terá acesso a educação, saúde, serviços públicos de qualidade.” Essa classe que por sempre ter sido negligenciada pelo poder público esquece que ele é responsável por muitas das coisas que ela mesma culpabiliza o próximo.

“... eu tomo conta aqui do prédio e é difícil controlar, as vezes tem, o pessoal também não ajuda né, não colabora, mas se tivesse colaboração de todos os moradores isso aqui seria um luxo para morar”. (Entrevista Alba R. G. da Silva, 2014)

“Na verdade eu não sei se tem manutenção ou não porque assim que eles fizeram tudo, deixaram tudo bonitinho, tava tendo um tempo que eles estavam vindo cortar o que estava em excesso, limpava o que estava sujo, consertava, depois largou de mão. Agora eu não sei se é por despeito eles de ver que os próprios moradores não querem manter nada organizado, então eles largam de mão, ou se também estão recebendo por isso e não vem prestar o serviço, eu não sei o que na verdade acontece.” (Entrevista Alba R. G. da Silva, 2014)

Valorização imobiliária

Assim como em muitos outros bairros nos quais a qualidade de vida dos moradores melhorou consideravelmente por projetos públicos de infraestrutura ou por outros motivos, a Vila Nova Jaguaré apresenta atualmente uma dinâmica imobiliária que merece uma certa atenção.

Os moradores, nas conversas, levantaram essa questão, que é de suma importância para o estudo do pós intervenções em assentos precários que são, no fim, o legado de consequências, tanto boas como ruins, que essas obras trazem a população.

No caso da comunidade objeto da pesquisa ocorreu uma valorização considerável desde que começaram as obras e hoje continua em movimento ascendente. Esta valorização refletiu no aumento dos aluguéis das casas a preços equiparáveis à cidade formal.

Deve-se considerar que a favela é bem localizada, com inúmeras facilidades como locomoção, parque próximo, comércio, universidade, entre outras qualidades que fazem com que a comunidade seja um lugar estratégico na cidade.

Com as obras, já em seu início, as pessoas que tinham imóveis e os alugavam (uma prática recorrente na comunidade é construir em cima da laje mais uma casa e aluga-la, ou então alugar cômodos para diferentes famílias) aumentaram o valor dos aluguéis sabendo que a procura por casas aumentaria conforme as pessoas que estavam sendo removidas das áreas de risco ou dos locais de intervenções urbanísticas necessitassem alugar outra casa enquanto não fossem beneficiadas com outra habitação.

Com essa valorização inicial muitas das pessoas que receberam o auxílio aluguel tiveram que alugar casas em outros bairros, ficando distantes dos seus locais de rotina, por vezes longe das escolas dos filhos, dos locais de trabalho entre outras dificuldades, pois o valor que receberam era insuficiente e não condizia mais com os valores em média dos aluguéis na favela.

“Então eu preferi o aluguel, não consegui aqui no Jaguaré porque foi uma época que já tinha começado, aqui nesse lugar que eu estou morando agora, foram os primeiros a serem retirados, então eles conseguiram casa aqui no Jaguaré, como eu fui de outra remessa, já não achei mais casa aqui pra alugar, porque o pessoal já estava, as casas que tinham o pessoal estava “enfiando a faca”, cobrando muito mais do que aquilo que a prefeitura dava, [...] Aí eu consegui uma casa no Jardim São Vitor, que fica em Osasco, perto do conjunto dos metalúrgicos e fui morar lá por um ano e pouco.” (Entrevista Rita C. de Paula, 2014)

Após essa primeira fase, o mercado imobiliário da favela manteve-se aquecido, principalmente com a perspectiva de formalização das terras através da possível regularização fundiária, que está em vias de ocorrer (atualmente já estão tirando as medições das casas para legalizar as posses). Isto também trouxe a garantia aos moradores que permaneceriam em suas casas e com isso muitos investiram em melhorias das habitações, aumentando também o valor agregado às moradias que passam a ter uma melhor qualidade.

“Os preços das casas e aluguéis aumentaram, aumentaram sim, mas na verdade ninguém vende muito né? Porque quem tinha vontade de sair pelo mal lugar que a gente tava colocado, eu sei que muitos que venderiam antes,

hoje resolveram não vender mais porque tá legal, bonitinho, tudo limpinho, então as pessoas mudaram de idéia né? Só que se for pra vender é caro, é caro porque praticamente todo mundo investiu muito, gastou muito, [...] o legal dessa parte da urbanização é assim, deu uma confiança pra gente sabendo que a gente pode gastar, arrumar, porque a gente vai ficar aqui, é nosso.”
(Entrevista Naelson T. S., 2014)

Desta forma as pessoas que já tinham casas, e já recebiam renda de aluguéis saem beneficiadas, contudo, as pessoas que ainda pagam aluguel se vêm em uma situação ruim, porém comum em favelas urbanizadas, a necessidade muitas vezes de terem que sair da comunidade após todas essas melhorias porque o custo de vida aumentou.

Com isso, é importante que sejam previstas essas dinâmicas habitacionais para, de alguma forma, garantir aos moradores, após as melhorias ocorridas através da urbanização, a permanência na comunidade para que desfrutem da melhoria que tanto lutaram para ter.

8. Consideração finais

É importante que se tenha a questão habitacional inserida no contexto urbano como primordial, considerando a forma com que ela se prolongou ao longo da história nas cidades, a fim de encontrar novas soluções que garantam o direito a moradia àqueles que mais têm dificuldade para obtê-la, a classe trabalhadora.

A atuação do Estado na requalificação das favelas, deve priorizar, indiscutivelmente a população que ali reside, pois o fato dela estar ali, é um problema que é diretamente relacionada à má atuação deste que a tenta retirar. É necessária a percepção do problema como estrutural e não será com ações isoladas e pontuais por parte do poder público que essas questões serão resolvidas.

Infelizmente, parte das ações ainda é mascarada por outras justificativas, que com um olhar atento, nota-se a verdadeira intenção, a de “levar para longe” a pobreza e a miséria que existem nas favelas. Isso só reforça a forma com que esses pensamentos se prolongaram e cristalizaram ao longo do tempo, pois se manteve no poder o mesmo segmento que até hoje domina os meios para intervir nesses locais, e portanto, intervém como lhes é mais favorável.

A Vila Nova Jaguaré é uma das comunidades mais antigas da cidade de São Paulo, surge na década de 60, e se insere neste contexto de ineficiência do poder público em relação a provisão de moradia e garantia dos direitos dos cidadãos.

Nos últimos 25 anos as gestões municipais realizaram algum tipo de intervenção no local, no entanto a descontinuidade dos projetos e a reformulação das políticas a serem adotadas a cada novo governo acabaram por prolongar o processo de urbanização na favela e essa demora tornou ainda mais difícil a solução do problema, considerando que, com o passar do tempo, a área tornou-se cada vez mais densa, aumentando assim, a complexidade para cumprir com a demanda mínima de provisões de moradia e infraestrutura urbana.

As ações feitas, nesta última urbanização, trouxeram inúmeros benefícios aos moradores da comunidade que hoje se vêem mais cidadãos possuindo melhores qualidades de serviços.

Contudo, o poder público ainda age de forma passiva em suas atuações, o próprio ato das remoções e remanejamentos ainda funcionam de uma forma tão

precária que servem de alicerce para a manutenção da irregularidade das habitações, o que pode ser notado nos depoimentos dos moradores, que quando questionados são censurados por anos de exclusão arraigados.

As remoções não devem ser mais algo habitual, pois não pode ser banalizado que pessoas deixem de viver nos locais, que já por falta de opções acabaram indo morar, e ainda assim, continuam sendo expulsas. Essa visão de que as favelas são o problema das cidades e que devem ser retiradas é obsoleta, considerando que estas são apenas conseqüências de problemas muito mais profundos na sociedade em geral.

Fica evidente, após este estudo, que os dados relacionados às remoções, entre tantos outros, devem ser claros e disponibilizados pelos órgãos públicos, para que sejam assim discutidos e debatidos por toda a sociedade, que de uma forma ou de outra também é responsável pelos locais onde existem moradias precárias, e que devem ser regularizadas o quanto antes.

Os relatos das pessoas deixaram uma questão bem clara, a dificuldade de inserção da cidade informal à formal em todos os âmbitos.

“Você vai ao banco fazer um empréstimo e o gerente fala: Você paga IPTU? Você tem a escritura onde você mora? É aí que você não se sente cidadão, nessa hora você não se percebe cidadão, você está a parte da sociedade, você não faz parte da cidade legal e isso existe muito ainda. E é doloroso, você luta, você trabalha, você vive em um país democrático mas você não tem direito a certos serviços, você não é respeitado como cidadão, isso dói muito, eu me sinto assim, hoje não porque eu estou em uma situação um pouco melhor, mas já passei por isso e é doloroso.” (Entrevista Antônio M. G., 2014)

Conclui-se que as interferências dos governos ao longo dos anos nas favelas se mostrou desconexa com o resto da cidade e descontínua. As ações feitas nas duas últimas décadas no Jaguaré atenuaram algumas questões, e em algumas vezes, melhoraram a qualidade de vida da população. No entanto ainda falta muito para que a urbanização esteja de fato inserindo aquela população na cidade formal e que aquelas pessoas sintam-se cidadãos e parte da cidade, desconstruindo valores arraigados em toda uma camada da sociedade que sofreu e ainda sofre com os preconceitos latentes.

9. Referências bibliográficas

GONÇALVES, R. C. e LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Rev. Katál. Florianópolis, vol. 10 , fev.- mai. 2007, pp. 83-92.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. Cidades rebeldes - passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, Setembro, 2013.

LÚCIDE, D. e KALIL, T. Oficina: como realizar entrevista/ história oral?. Semana Envolver. Minas Gerais, UFVJM. Disponível em:<<http://www.ufvjm.edu.br/cursos/procampo/documentos.html> >.30/01/2014

MARICATO, E. Favelas: um universo gigantesco e desconhecido. Disponível em:<<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/equipe/do02.html>>.30/01/2014

MARICATO, E. Habitação e cidade. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados. São Paulo, USP, vol. 17, n. 48, jan.-abr. 2003, pp. 151-167.

Museu da Pessoa e Fundação Banco do Brasil. Tecnologia Social da Memória. São Paulo , 2009.

SAMPAIO, M. R. e PEREIRA, P.C.X. Habitação em São Paulo. Estudos Avançados. São Paulo, USP, vol. 17, n.48, mai-ago. 2003, pp. 167-183.

SATO, B. A. A. Estudo dos impactos das remoções de famílias por intervenções urbanísticas na Favela Nova Jaguaré, Relatório de Iniciação Científica CNPq. São Paulo, Agosto, 2013.

TRENTO, M. Estudo dos projetos e intervenções de urbanização na Favela Nova Jaguaré, Relatório de Iniciação Científica CNPq. São Paulo, Agosto, 2011.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. Cidades rebeldes - passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, Setembro, 2013.

ZUQUIM, M.L., Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde?. In: II ENANPARQ Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012, Natal. Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas. Natal: EDUFRN, 2012. v. 1.